

ECONOMIA

Wilson Pedrosa/AE-19/6/95



FHC: ação popular.

Nesta página: governo vai permitir o repasse aos salários do resíduo do IPC-r.

Página 10: a balança comercial de junho deve registrar déficit de US\$ 1 bilhão. A Inccor, organização não-governamental, quer ação popular contra o presidente Fernando Henrique por causa da MP 1.017. **Página 11:** empresas estão buscando recursos no Exterior, por intermédio de bancos uruguaios. **Seu Dinheiro:** bolsas sobem 3,51% em São Paulo e 2,54% no Rio (página 12). **Página 13:** empresários paulistas dizem que São Paulo não deve partir para a retaliação na guerra fiscal.



Salários: resíduo será pago.

A MEDIDA PROVISÓRIA SOBRE A DESINDEXAÇÃO DA ECONOMIA MANTERÁ O REPASSE DO IPC-R ACUMULADO DESDE A ÚLTIMA DATA-BASE

O governo desistiu de bloquear, na medida provisória sobre desindexação (que poderá sair esta semana), o pagamento do resíduo do IPC-r acumulado pelas categorias profissionais no primeiro ano de Plano Real. O chamado resíduo do IPC-r chega a 35,3% para quem teve o último reajuste em julho. O que cada categoria acumulou será pago automaticamente na data-base, descontadas as antecipações, disse ontem ao **JT** um ministro da área econômica.

A MP vai modificar a forma de cálculo da Taxa Referencial de Juros (TR) e introduzirá alterações nas cadernetas de poupança. Uma nova forma de captação de recursos de poupança será criada, mas não deverá competir com a tradicional. Ela será voltada para o investidor de longo prazo. Quem ficar na caderneta tradicional receberá menos do que hoje, pois será aplicado um redutor à

TR. Mas seus depósitos serão corrigidos a cada 30 dias, como acontece hoje, e não serão tributados.

A medida provisória terá um artigo proibindo o IBGE de continuar calculando e divulgando o IPC-r, que legalmente se extingue sexta-feira. Na prática, é o único indexador que acaba na nova fase do Real. Mas os indexadores restantes não poderão ser usados em contratos inferiores a 12 meses, inclusive os trabalhistas. A MP proibirá a indexação desses contratos à evolução de preços e/ou moeda estrangeira.

O IPC-r acumulado até 30 de junho será o único reajuste automático garantido aos trabalhadores. Qualquer ganho acima disso terá de ser negociado entre empresas e sindicatos. A partir da próxima data-base, as relações trabalhistas estarão zeradas e o governo terá uma política de reajustes apenas para o salário mínimo. Es-



Edivaldo Ferreira/AE

Malan (centro) fez um balanço positivo do primeiro ano do Plano Real, mas advertiu sobre problemas e repetiu que a desindexação da economia será gradual.

se processo está sendo chamado pelos técnicos de desindexação gradual.

A decisão de garantir o pagamento do resíduo foi tomada para evitar recursos dos sindicatos à Justiça do Trabalho. O governo pretende reduzir ao mínimo possível a intervenção da Justiça nas relações trabalhistas, encaminhando-as à livre negociação. O bloqueio do IPC-r estava sendo estudado como arma para a negociação da MP no Congresso. "Como todos entenderam antes que o resíduo era apenas um bode, ele perdeu sua eficácia como instrumento de negociação", disse o ministro. A área econômica avalia que o impacto do pagamento do resíduo não vai comprometer o plano, porque grande parte do setor privado já praticou antecipações salariais no período.

O ministro do Planejamento,

José Serra, confirmou que os reajustes do salário mínimo continuarão sendo regulados por lei específica. "Salário mínimo não se obtém por livre negociação, mas deve ser fixado em lei", disse, acrescentando que o mínimo, as aposentadorias e benefícios do INSS e os reajustes dos servidores não estão incluídos na MP da desindexação.

Entre as novidades que a medida provisória da desindexação deverá apresentar, algumas são tidas como certas:

- Afrouxamento, a curto prazo, dos controles da moeda e do crédito, pois o governo constatou um sério problema de liquidez na economia.

- Desindexação dos salários e aluguéis do IPC-r. Na prática, prevalecerá a livre negociação salarial e os aluguéis serão reajustados por índices de preços regionais.